

Fundação busca apoio para restauração de sua sede e auditório

demonstra uma necessidade contribuisse. de restauração por conta do o passar do tempo.

projetos, "Os projetos que são aprovados não permitem os nosso espaço de trabalho. O que fazemos são consertos urgentes, mas, muito mais é preciso".

conseguir a restauração foi o porém, sem muito sucesso.

Desde 2005, a site de financiamento coletivo Fundação Margarida Maria Benfeitoria. A partir dele, foi Alves funciona em sede lançada a Campanha Pétala própria, uma casa localizada por Pétala (ver pagina 6), com na Rua Irineu Jofily, 185, uma meta de arrecadação e Centro de João Pessoa, que recompensas para quem

"Como uma entidade desgaste e das condições sem fins lucrativos, a Fundação comuns a toda habitação com precisa também do apoio da sociedade para melhor Segundo Marcina funcionar", destaca Alexandre Pessoa, coordenadora de Guedes, advogado e colaborador.

O sistema constante de investimentos necessários em apoio a entidade são as doações via depósito bancário (ver box ao lado), por meio de produtos personalizados da própria entidade, além dos Uma das ações que a bazares e brechós realizados Fundação encontrou para anualmente, quando é possível, Contribua com a Fundação:

Banco Bradesco Conta: 122749-1 **Agência: 0435-9**

O que precisamos reformar?

- Restauração da fachada da casa
- Recuperação do piso de madeira
- Recuperação do muro
- Recuperação do piso na entrada da garagem
- Recuperação do Anexo ao fundo da casa
- Pintura em látex acrílico dos ambientes internos
 - Pintura externa em acrílica
 - Pintura das portas e janelas em madeira em esmalte
- Pintura e restauração das janelas e portões de ferro, com esmalte sintético
- Pintura do Teto interno em látex acrílica
- Emassamento com massa acrílica em ambiente externo e interno





Editorial

Celebrar o direito humano e a cidade sempre foi o foco da Fundação em suas décadas de existência. Dentro desse intuito que realizamos o I Seminário Paraibano de Direito à Cidade, que aproveitou o momento para comemorar os 20 anos da e n t i d a d e e m u m a confraternização com os(as) c o l a b o r a d o r e s (a s), beneficiários(as) e amigos(as).

Mesmo com todas as dificuldades que a mobilidade urbana, regularização fundiária e outras questões ao redor do direito à cidade tem, ver os depoimentos de pessoas que devotam seu dia a dia por esta causa ainda nos faz crer na mudança e continuar batalhando por melhorias tanto na sociedade quanto em nossa própria entidade.

É com esse pensamento que o convidamos a ler nosso novo número do Falando DHireito, que nessa edição traz não só o l Seminário de Direito à Cidade, mas também o inicio da nova turma do Curso de Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade e nossa campanha de arrecadação de fundos Pétala por Pétala. Aproveite bem a leitura!

EXPEDIENTE Falando DHireito

Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Telefone/fax: 3221-3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável:

Marcelo Soares (DRT 2612 /PB) Fotos: arquivo da entidade Tiragem: 1000 exemplares Apoio: Misereor Impressão: Gráfica JB

Educomunicação além do conceito



Por Joelma Oliveira

Mestre em Comunicação, Professora da Faculdade Maurício de Nassau e Assessora de Comunicação da Casa Pequeno Davi

Muito se tem falado da educomunicação, especialmente nas atividades que aliam a educação não formal de adolescentes e jovens nas instituições do terceiro setor, ou seja, nas organizações não governamentais (Ong's). A educomunicação tem sido conceituada como uma metodologia que utiliza os diferentes meios de comunicação nas ações de educação. Uma forma de utilizar a comunicação como um direito humano, independente da abertura e apoio dos tradicionais veículos de comunicação.

Vamos evidenciar aqui o Projeto Educomunicadores Juvenis, uma ação realizada com a participação de 45 adolescentes e jovens de três comunidades de João Pessoa: Citex (Geisel), São Rafael (Castelo Branco) e Timbó (Bancários). O projeto foi desenvolvido em parceria pela Amazona e Casa Pequeno Davi, com apoio do Ministério Público do Trabalho

O Projeto promoveu além do intercâmbio entre as comunidades, a formação nas áreas da comunicação rádio, televisão e internet. Foram oito meses de projeto em que os alunos participaram de oficinas formativas de conteúdos teóricos e práticos nas três áreas. O resultado uma fanpage, um blog, podcasts e mini documentários

sobre a realidade das comunidades envolvidas.

Contrariando afirmações a exemplo de que "os jovens constituem uma geração sem palavras", uma frase de um dos estudiosos da áreas, Adilson Citelli, o Projeto revelou talentos, cidadãos em formação e em busca de oportunidades e e s p a ç o s d e e n s i n o aprendizagem pensados para um p e r f i l d i f e r e n t e, c o m diversidades.

A lição deixada pelo Projeto Educomunicadores Juvenis é digna de continuidade por outras instituições, seja Ong's, escolas... É mais que uma lição. É um sentimento de que estamos no rumo certo. O investimento no protagonismo de adolescentes e jovens, a ampliação de vozes da comunidade e do ambiente escolar são alguns aspectos que a educomunicação aponta para o processo que se mostrou com o Projeto Educomunicadores Juvenis. O "fazer junto" e não "fazer para".

O recado é dizer que, em ambiente de descredibilidade, precisamos acreditar na juventude e junto com ela caminhar em busca de outras, de novas possibilidades. Seja na educação não formal ou formal envolver o adolescente, o jovem na sua realidade. A educomunicação tem muito a contribuir com a transformação e aponta uma direção para a qual o jovem precisa caminhar: de cidadania e efetivação de direitos.

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!



Fundação Margarida Maria Alves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos? Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao





CURSO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIREITO À CIDADE INICIA TURMA 2014/2015



Turma em primeiro encontro introdutório e de apresentações

14 de agosto com uma aula introdutória e do Curso de Direitos Humanos. Cidadania e Direito à Cidade. promovido pela Fundação Margarida Maria Alves.

Neste ano, o Curso conta com 31 alunos(as) de comunidades atendidas pelo projeto Cidade Sustentável é Cidade Legal (Mussumagro; Paratibe: Cítex e Padre Gino/Sapé), além de Forte Velho; Tibiri/Santa Rita, Roger e Juristas Populares de região próxima.

O curso tem carga horária de 04 horas mensais, com encontros à tarde em um dia de semana. Todo material didático, assim como a alimentação e passagem, são

Começou no último dia disponibilizados gratuitamente pela Fundação.

Serão ao todo 09 apresentações, a nova turma encontros, sendo 07 módulos; 01 encontro introdutório e 01 encontro de avaliação. Os módulos dividem-se em temas como Direito à moradia: Estatuto da Cidade; Plano Diretor, Zonas Especiais de Interesse Social, Saneamento Ambiental e Orçamento Público Municipal.

> Até o fechamento desta edição foi oferecido o primeiro módulo, Direitos Humanos e Cidadania, no qual noções conceituais e exemplos dos temas foram mostrados e debatidos.

> Segundo Ivison Sheldon, advogado da Fundação, essa edição do Curso busca também fazer uma atividade mais efetiva

além da teoria.

"Nós estamos dividindo a turma em grupos, de acordo com as pessoas que vieram de cada comunidade, e eles estão nos trazendo as demandas referentes à sua localidade, problemas que eles enfrentam. Nós temos como objetivo daqui até o final do curso trabalhar com eles para dar algum encaminhamento ou até mesmo resolver essas demandas, sendo essa a parte prática do curso", ressalta.

Ele ainda destaca que o curso tem uma importância também porque acaba trabalhando com pessoas que serão pontos focais dentro das comunidades. "Elas vão nos ajudar a promover as ações que vamos realizar dentro desse projeto, além de sensibilizá-las nas questões que dizem direito à moradia".

Por fim, conclui apontando uma boa expectativa em termos de experiência e troca com os alunos(as).

O Curso segue até o dia 14 de maio de 2015, quando acontecerá uma avaliação em conjunto com os(as) alunos(as) e uma confraternização de encerramento.



Fundação promove I Seminário Paraibano de Direito à Cidade

Com o objetivo de reforçar o debate sobre reforma urbana e dialogar com as experiências de democratização do espaço público, a Fundação realizou nos dias 18 e 19 de agosto o I Seminário Paraibano de Direito à Cidade. O evento aconteceu no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - Paraíba (OAB/PB), Centro de João Pessoa.

A programação contou com uma mesa sobre os 20 anos da Fundação Margarida Maria Alves com a palestra "reflexões sobre Direitos Humanos" realizada por Iranice Gonçalves Muniz, membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória na Paraíba. Além de debate sobre a democratização do espaço urbano, com relato das experiências dos movimentos Porto do Capim em Ação, de João Pessoa, e Ocupe Estelita, de Recife.

O evento teve ainda uma discussão sobre os processo de regularização fundiária na Paraíba e em Pernambuco, finalizando as atividades com a palestra "Os Desafios da Reforma Urbana", ministrada pela professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFCG Lívia Miranda.

Segundo coordenadora de projetos, Marcina Pessoa, "Nestes 20



pelo Direito à Cidade em João Pessoa e sua região metropolitana. Desta forma, este seminário tem o intuito de movimentar o debate acerca do tema, além de colocar em discussão a desmistificação da concepção de direitos humanos como defesa puramente de bandidos, visão arraigada na nossa sociedade e totalmente equivocada. Assim, não há temáticas mais importantes para celebração de duas décadas de história marcadas pela defesa destes direitos e sua propagação".

A psicóloga Verônica Rodrigues destaca o prazer em participar da história da Fundação e comemorar esse momento. "Eu fiz parte da gestação da Fundação Margarida Alves e esse é um fato que muito me orgulha. O a nascer da idéia, os diálogos até se chegar a sua formatação final foi um tempo de trabalho, mas anos de atuação, a Fundação também de muita sempre esteve presente na luta aprendizagem. No nosso

esforço, que é maior do que uma luta por direitos, mas que tem como princípio o desenvolvimento de cada pessoa c o m o cidadão/cidadã pleno de direitos, ciente do seu papel na construção de uma sociedade onde a justiça e o respeito à diversidade sejam primordiais".

A professora Lívia Miranda ressalta que o Seminário "foi uma oportunidade de construir novos conhecimentos a partir das questões e das experiências compartilhadas, e de conhecer pessoas que buscam, por meio dos processos democráticos e participativos, garantir a função social da cidade e da propriedade".

Sobre dificuldades da luta por reforma urbana no Brasil, a professora afirma que houveram significativos

HOMENAGEM RICARDO BRINDEIRO



Na noite de abertura do Seminário foi realizada também uma homenagem ao companheiro Ricardo Brindeiro, falecido em 2013.

Os membros da mesa de abertura falaram um pouco sobre o homenageado e depois um vídeo com imagens do militante e colaborador da Fundação foi exibido para os presentes.

Você pode conferir a homenagem em: http://vimeo.com/1052792

91

avanços nos últimos tempos.

"São avanços como o Estatuto das Cidades (2001); a criação do Ministério das Cidades (2003); as Conferências das Cidades; o Conselho Nacional das Cidades: o Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - Lei 11.124 (2005); a Campanha dos Planos Diretores Participativos (2006); a Plataforma Nacional de Prevenção aos Despejos (2006); a Política Nacional de Saneamento (2007); o PlanHab (2008); a Lei da Assistência Técnica Pública e Gratuita – Lei 11.888 (2008) e a Política de Mobilidade Urbana (2012). Mas, ainda há grandes desafios a serem enfrentados como p. ex.: a implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, de forma a induzir o aproveitamento dos imóveis vazios e subutilizados para que cumpram a sua função social; o fortalecimento da democratização, participação e o controle social na gestão das políticas e programas em

âmbito estadual e municipal; a garantia e a mpliação dos investimentos e dos subsídios como políticas de Estado; a ampliação dos investimentos de urbanização integral nas comunidades populares são alguns deles".

O Seminário encerrou-se com um saldo positivo, de acordo com Marcelo Soares, assessor de comunicação da entidade: "apesar da pouca cobertura midiática do evento, tivemos um bom número de participantes e inscrições, além de discussões bem interessantes. O público também interagiu com boas perguntas e depoimentos de luta por seus direitos, o saldo só pode ser positivo".

O I Seminário Paraibano de Direito à Cidade teve o apoio de Misereor, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Gráfica JB.





Fundação Margarida Maria Alves lança Campanha Pétala por Pétala

Buscando ter um melhor ambiente de trabalho, principalmente, para o desenvolvimento de atividades sociais voltadas para os seus beneficiários, a Fundação Margarida Maria Alves lançou a a campanha de financiamento coletivo **Pétala por Pétala**, para arrecadar fundos necessários para os reparos mais urgentes na estrutura de sua sede.

Segundo Marcelo Soares, Assessor de Comunicação, "em nossa sede recebemos nossos beneficiários e alunos dos cursos oferecidos no auditório de aulas e reuniões, um dos pontos que mais está precisando de cuidados".

O sistema de financiamento coletivo é algo recente no país. Iniciou-se nos Estados Unidos e se assemelha a já conhecida «vaquinha», na qual a pessoa dá um valor em dinheiro para promover a realização de algo.

"Neste caso, o benfeitor contribui com uma faixa de valor e recebe uma recompensa em troca, sem sorteios (como normalmente acontece em rifas). Ele só precisa esperar o projeto atingir sua meta e o material ser enviado pelo correio", destaca Marcelo.

As contribuições podem ser realizadas no site www.benfeitoria.com/petala porpetala. Se a meta for alcançada ao final da campanha todos os



apoiadores receberão as recompensas, se não, o dinheiro é devolvido para eles.

A meta de arrecadação da campanha é de 15 mil reais, e as faixas de apoio são de 10, 20, 30, 50, 100 e 500 reais, além da cota de patrocínio empresarial de 1.000 reais. "A pessoa pode escolher qualquer uma das opções e cada uma delas dá direito a uma recompensa, como canetas, garrafas, chaveiros, camisas e até o nome numa placa a ser colocada no auditório restaurado", explica Marcelo.

O pagamento pode ser feito via Boleto, Débito Automático ou Cartão de Crédito e o site é seguro e confiável. Necessita só escolher o valor, fazer um cadastro e escolher a forma de pagamento.

Um vídeo detalhando como funciona o sistema de

financiamento coletivo e a campanha foi realizado e está disponível na página da campanha ou no site: http://vimeo.com/102579 676.

"Contribua com nosso projeto e nos ajude a tornar nossa organização mais forte e bem estruturada para lutar, defender e informar sobre os direitos humanos em nossa Cidade, Estado e País. Todo apoio será bem vindo", conclui Marcelo.

O prazo de contribuição vai até o dia 09 de novembro. Qualquer dúvida, só entrar em contato pelo e-mail: fundacao@fundacaomar garidaalves.org.br ou telefone: 3221.3014.